



1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE**
2 **CIÊNCIAS AMBIENTAIS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS / CONSELHO DE CAMPUS,**
3 **REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2016.**
4

5 Ao décimo segundo dia do mês de maio do ano dois mil e dezesseis nesta cidade de Diadema, à Rua
6 São Nicolau, 210, no anfiteatro da Unidade José Alencar do Campus Diadema, reuniram-se os
7 senhores conselheiros da Congregação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e
8 Farmacêuticas / Conselho de Campus da UNIFESP Campus Diadema, sob a presidência do Prof.
9 Dr. João Miguel de Barros Alexandrino – Diretor Acadêmico do Campus. Estiveram presentes os
10 conselheiros: Ana Maria Santos Gouw – coordenadora de Licenciatura; José Plácido – coordenador
11 de Engenharia Química; Paulo R. Regazi Minarini - Coordenador de Farmácia; Renata Rosito
12 Tonelli – representante dos professores associados e adjuntos. **Ausências justificadas:** Cristina
13 Nordi – coordenadora de Pós-Graduação em Análise Ambiental Integrada; Cristina Rossi
14 Nakayama – representante da Comissão Permanente de Espaço Físico; Debora Cristina de Oliveira
15 – representante dos Professores Associados e Adjuntos; Edson Aparecido Adriano - representante
16 dos Professores Associados e Adjuntos; Eliana Rodrigues – coordenadora de Ciências Ambientais;
17 Flávio de Oliveira Rangel – Chefe de Departamento (DCET); Ileana Gabriela Sánchez de Rubió
18 – Chefe de Departamento (DCB); João Valdir Comasseto – vice-diretor acadêmico/professor
19 titular; Karin Argenti Simon – coordenadora da Câmara de Graduação/coordenadora de Ciências
20 Biológicas; Ligia Azzalis – coordenadora da Câmara de Extensão; Maria Fernanda S. S Mattos
21 Pereira – representante dos técnicos administrativos em educação; Mônica Marques Telles –
22 coordenadora de Pós-Graduação em Biologia Química; Raphael Caio Tamborelli Garcia -
23 representante dos Professores Associados e Adjuntos. **Ausentes:** André Luiz Vettore – coordenador
24 da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa; Camila Silva Zillig Salvador - representante discente;
25 Cristiane Gonçalves da Silva – representante dos técnicos administrativos em educação; Fernando
26 Cassas S. Machado – representante da Câmara de Extensão; Heron Domingues Torres da Silva –
27 coordenador de Química e Química Industrial; Isabela Pinheiro Leme – representante discente;
28 Joice Kelly Pereira da Costa – representante dos técnicos administrativos em educação; Juliana dos
29 Santos Oliveira – representante da Secretaria Acadêmica; Marielle Schneider - coordenadora de
30 Pós-Graduação em Ecologia e Evolução; Nazareth Junília de Lima – representante dos técnicos
31 administrativos em educação; Rodrigo Blanques de Gusmão – representante dos técnicos
32 administrativos em educação; Sinara A. Farago de Melo – diretora administrativa; Tereza Martins –
33 coordenadora de Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade; Virginia B. Campos Junqueira –
34 professora titular. **Suplente:** Aline Cavalari ; Juliana Gardenalli de Freitas; Luciana Caperuto;
35 Paulo R. R. Minarini. Tendo os senhores conselheiros assinado o livro de presença e decorrido
36 trinta minutos do horário marcado para início da sessão, Prof. Dr. João Alexandrino iniciou a
37 reunião. **ORDEM DO DIA: Apresentação e discussão de Termo de referência e projeção de**
38 **demanda de Residência Estudantil** – Prof. Dr. João Alexandrino comentou que havia três
39 cenários possíveis, mas que a comissão sugeria o cenário que previa quatrocentos e vinte e três
40 residentes, o que incluía estimativa de alunos de pós-graduação. Felicitou o trabalho da comissão de
41 moradia estudantil, comentou que, após deliberação da congregação, o assunto seria oficializado
42 junto à Pró-Reitoria de Planejamento e à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Informou que a
43 Divisão de Infraestrutura estava formulando projeto a ser apresentado para a prefeitura relativo à
44 parceria de uso do espaço da Associação dos Funcionários Públicos de Diadema. A proposta da
45 Comissão de Moradia Estudantil foi aprovada por todos os membros presentes. **Aprovação da**
46 **Associação Empresa Paulista de Engenharia Química Junior AEPEQ Jr** - Carolyne Gimenes,



47 graduanda do curso de Engenharia Química e Presidente da Empresa Paulista de Engenharia
48 Química Júnior (EPEQ Jr.), esclareceu que de acordo com a nova lei, as empresas juniores
49 necessitavam obter aprovação do órgão máximo do campus para que pudesse ser reconhecida.
50 Informou que a empresa já possuía estatuto e CNPJ, comentou que com sua aprovação, seria
51 possível prestar serviços junto aos professores, reduzindo burocracias. Prof. Dr. João Alexandrino
52 comentou que houve reunião com docente da oficina mecânica e com a EPEQ Jr. em que fora
53 apresentado projeto de cooperação. Disse que havia sido convidado pela empresa para participação
54 de reunião com a reitora com intuito de defender a tese de que as empresas juniores poderiam ser de
55 grande utilidade não somente para os estudantes como para a universidade. Prof. Dr. Newton
56 informou que havia conversado com o Observatório de Economia e Trabalho de Diadema que
57 estava organizando a APL de Cosméticos no município e que possivelmente se teria uma via de
58 prestação de serviços, comentando que contava com a participação das empresas juniores no auxílio
59 para o desenvolvimento dessas parcerias. Carolyne esclareceu que somando todos os campi,
60 existiam nove empresas juniores, e que havia sido montado um núcleo visando o fortalecimento
61 dessas empresas. Prof. Dr. João Alexandrino comentou que em reunião abordando a resolução entre
62 a Unifesp e a Fundação de Apoio à Unifesp, cuja aprovação deverá ocorrer em breve, houve
63 compromisso de completar essa resolução com a nova Lei de Ciência e Tecnologia, possibilitando
64 maior aproximação entre os Institutos de Ciência e Tecnologia com as empresas privadas. Disse que
65 o ETAGAE se comprometeu a formular esse documento que depois seria apreciado por uma
66 comissão formada pelo Conselho Universitário, sendo que a intenção era levar essa resolução ao
67 CONSU de junho. Disse que esse movimento paralelamente à institucionalização das empresas
68 juniores e à ação de organização de centro de equipamentos multiusuários convergiam para algo
69 positivo, favorecendo empreendedorismo e busca de recursos para a instituição. Em seguida, os
70 membros presentes aprovaram o reconhecimento da Associação Empresa Paulista de Engenharia
71 Química Júnior (AEPEQ Jr.). Prof. Dr. João Alexandrino informou que o reconhecimento da
72 empresa incluía o direito de espaço físico no campus, o que deveria passar pela Comissão
73 Permanente de Espaço Físico, pelo que era esperada a cessão formal desse espaço. **Aprovação de**
74 **Normativa para doação, transferência e cessão de bens móveis** – Prof. Dr. Newton lembrou
75 histórico que demandou a necessidade de construção da instrução normativa. Lembrou que a
76 proposta de normativa havia sido disponibilizada a todos para consulta e sugestões, após o que o
77 assunto retornaria ao Conselho de Administração de junho. Comentou que havia pontos na
78 instrução que demandavam outras definições na instituição, relativas, por exemplo, a centro de
79 custo. Em seguida, destacou que o capítulo três da normativa, intitulado “Da responsabilidade pela
80 carga do patrimônio de um material”, não constava da proposta inicial. Profa. Dra. Renata Tonelli
81 questionou sobre a possibilidade de o docente fazer doações. Prof. Dr. Newton esclareceu que havia
82 essa possibilidade, mas que a aceitação da doação estava sujeita à avaliação da Unifesp. Prof. Dr.
83 José Plácido interrogou sobre situação de bens compartilhados com outros campi. Prof. Dr. Newton
84 salientou que os bens, mesmo os obtidos por meio de projetos, não pertenciam ao docente, mas à
85 instituição e respondeu que a transferência entre os campi era permitida. Profa. Dra. Renata Tonelli
86 interrogou sobre patrimonialização de equipamentos alocados em outro campus. Prof. Dr. Newton
87 comentou que se tratava de questão interna e que entendia que a retirada do equipamento do outro
88 campus para trazê-lo para o campus onde o docente passava a estar alocado dependia da
89 concordância do departamento, mas que o assunto não possuía implicações legais. Finalizou a
90 leitura do capítulo três da normativa. Sobre desfazimento de bens, alertou sobre a necessidade de
91 acuidade para a caracterização de bens como inservíveis. Destacou o capítulo onze, “Das
92 penalidades”, informando que também não constava da proposta inicial. Prof. Dr. Newton



Congregação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas

93 comentou que, na reunião do Conselho da Administração questionou se o documento havia passado
94 pela procuradoria, mas, não tendo recebido nenhum apontamento, entendia que não havia
95 observações da procuradoria. Prof. Dr. João Alexandrino salientou que não compactuaria com
96 ilegalidades e que sem normas não assinaria documentos relativos ao assunto. Os conselheiros
97 presentes aprovaram a normativa para doação, transferência e cessão de bens móveis. Prof. Dr. João
98 Alexandrino informou que seria comunicado que a partir de primeiro de junho passaria a pedir, na
99 tramitação de documentos referentes a projeto de pesquisa encaminhado para a assinatura da
100 direção acadêmica, além do resumo do projeto, o formulário da FAPESP referente a equipamentos e
101 uma avaliação do docente sobre a existência de local para o equipamento e planta do laboratório.
102 Justificou o pedido esclarecendo que a adição de equipamentos nos laboratórios poderia implicar
103 problemas de segurança e que, enquanto diretor, necessitava ter a consciência sobre a condição do
104 campus para abrigar equipamentos. Disse que também precisaria tomar conhecimento sobre a
105 necessidade de adequação e que para isso seria importante o docente preencher o Documento de
106 Oficialização de Demanda (DOD), que se tratava de um pedido que depois poderia ser assinado
107 pela Divisão de Infraestrutura, mas que inicialmente não pretendia pedir avaliação da infraestrutura,
108 salvo para grandes equipamentos, a fim de não atrasar o processo. Salientou necessidade de a
109 direção tomar conhecimento acerca dos projetos que estaria apoiando. Em seguida, Prof. Dr. João
110 Alexandrino agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Portanto, eu, Débora Fernanda
111 Corrêa Roggiero, Secretária Executiva do Campus, lavrei a presente ata que será assinada por mim
112 e pelo Prof. Dr. João Miguel de Barros Alexandrino – Diretor Acadêmico do campus.

113
114
115
116

117 Prof. Dr. João Miguel de Barros Alexandrino
118 Diretor Acadêmico
119 UNIFESP Campus Diadema

120
121
122

123
124 Débora Fernanda Corrêa Roggiero
125 Secretária Executiva